



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Por que prefeituras arrecadam pouco IPTU? Receita, partidos e burocracias nos municípios brasileiros
<b>Autor</b>	MARIA TEREZA BLANCO STROHSCHOEN
<b>Orientador</b>	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

## **Por que prefeituras arrecadam pouco IPTU? Receita, partidos e burocracias nos municípios brasileiros**

**Autora:** Maria Tereza Blanco Strohschoen

**Orientador:** André Marengo

**Instituição de origem:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A elevada carga tributária brasileira é frequentemente confrontada a uma possível falta de retorno do dinheiro contribuído; entretanto, o debate sobre sua estrutura, predominantemente de impostos regressivos e indiretos, ainda é escasso (BATISTA, 2015). O Imposto Predial e Territorial (IPTU), administrado pelos governos locais, é uma das poucas exceções: conforme a Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000, o IPTU pode ser aplicado de forma progressiva, objetivando a equidade fiscal e a justiça social. No entanto, o IPTU tem sido muito pouco explorado e vem perdendo espaço para outros impostos, além de contar com deficiências na sua administração, tanto por razões políticas quanto administrativas (AFONSO & CASTRO, 2014).

Nesse sentido, pretende-se analisar em que medida o IPTU é mais arrecadado quando partidos de esquerda estão à frente das prefeituras municipais, considerando sua preferência por políticas redistributivas (LOWI, 2009). E, ainda, se é possível afirmar que a arrecadação deste imposto é afetada pela capacidade estatal (Evans, 1995; Cingolani, 2013 ; IPEA, 2014) dos municípios, utilizando-se da “escala weberiana” proposta por Evans & Rauch (1999) como sua medida.

Para tanto, o estudo em desenvolvimento baseia-se na utilização de um banco de dados que contém informações dos 5,5 municípios brasileiros sobre finanças municipais (disponibilizado pelo FINBRA), dados eleitorais (disponibilizado pelo TSE) e burocracias municipais (disponibilizado pelo IBGE), posterior cruzamento e análise dessas variáveis. O trabalho também conta com 3 variáveis de controle: tamanho do município, continuidade partidária nas eleições municipais e índice de Gini. Até o presente momento, a autora envolveu-se no desenvolvimento do banco de dados acima mencionado, bem como no embasamento teórico para o desenvolvimento do trabalho, principalmente no que diz respeito à arrecadação do IPTU e receitas municipais, burocracias e partidos nos municípios brasileiros.

O presente trabalho busca também analisar as questões suscitadas sob ótica do plano municipal, âmbito no qual as políticas públicas são implementadas e que, aos poucos, vem ganhando relevância na literatura da Ciência Política (Pereira, Nakabashi e Sachida, 2011).